Matricula 2092Un

Marcos Mele · Mar 220830

Data: 13/12/2012 Pr	roposição: MPV Nº 595 de 2012
Autor: Senador Ricardo Ferraço - PMDB/ES	
1. Supressiva 2. Substitutiva 3.	X Modificativa 4. Aditiva 5. Substitutiva/Global
EMENDA - Texto & Justificativa	
Para alterar:	
O Art. 4°, da Medio parágrafos 2° e 3° e renumerar o ato	da Provisória nº 595, de 2012, para incluir os na parágrafo único como § 1º:
"§ 2°. As funções de autoridade e administração portuária poderão ser delegadas a Sociedade de Propósito Específico – SPE, de capital aberto, com participação acionária permanentemente aberta, proporcional e obrigatória de todos os arrendatários do respectivo porto organizado, enquanto vigerem seus contratos, e facultativa dos operadores portuários, com a qual será celebrado o instrumento objeto do art. 56."	
previstas no art. 8°, poderão sobrigação de constituírem Soc sua efetiva implantação, de c	de que trata o caput deste artigo e as autorizações ser outorgadas a consórcio de pessoas jurídicas, com ciedade de Propósito Específico — SPE até o início de apital aberto, à qual, quando for o caso, poderão ser de autoridade e administração portuária."
O caput do art. 56, r seguinte redação:	na Medida Provisória Nº 595, de 2012, para a
de que trata o § 2°, do Art. 4°	As Docas, ou as Sociedades de Propósito Específico, desta Medida Provisória, firmarão com a Secretaria República compromissos de metas e desempenho nos termos do regulamento: Substituiroi esta cópia pela emenda original devidamente assinada pelo Autor até o dia 18.112.



JUSTIFICAÇÃO

Dentre os diversos entraves apontados para a viabilização e efetivação de investimentos, públicos ou privados, em infraestruturas e superestruturas nos Portos Organizados, um dos mais frequentemente apontados é o desempenho das organizações que exercem as funções de autoridade e administração portuária, sejam elas Companhias Docas, empresas, autarquias ou departamentos criados com o fim específico de exercerem as delegações federais.

Por outro lado, as implantações de novos portos e instalações portuárias autônomas enfrentam o desafio de realizar investimentos pesadíssimos em infraestrutura básica, como pré-condição para a realização dos investimentos nas superestruturas de terminais portuários especializados.

Apesar de ser de uso corrente a caracterização de portos como "condomínios", esse conceito, o instituto, não é formalizado, instrumentalizado de forma em que os portos tenham amparo do acervo, legal, normativo e jurisprudencial existente no arcabouço jurídico brasileiro.

Os dispositivos, ora propostos, visam facultar a possibilidade, tanto das concessões e autorizações feitas a consórcios de pessoas jurídicas, quanto de arrendatários e operadores, em participar das gestões portuárias, na medida em que são grandes interessados no bom desempenho das autoridades e das administrações portuárias.

Em ambos os casos, através de Sociedade de Propósito Específico – SPE, em que estejam presentes as seguintes características:

- Capital aberto; desejavelmente com Nível 2 de Governança;
- Tendo como acionistas arrendatários e operadores, segundo critério de proporcionalidade a ser regulamentada;
- A participação acionária dos arrendatários seria obrigatória; dos operadores facultativa;
- Em ambos os casos, com obrigação de transferência da participação acionária quando deixar de ser arrendatário ou operador (como é praxe em escritórios de advocacia, de consultoria, etc.);
- Possibilidade permanente de ingresso de novos sócios.

FL. 588/AF



Os compromissos de metas e desempenho empresarial, de que trata o art. 56 da MPV N°595, de 07 de dezembro de 2012, poderão ser firmados também com as SPEs, registradas com esse propósito.

VION

Sala das Sessões,

Senador Ricardo Ferraço - PMDB/ES

Mas

FL.580 FE MPV 575/20 12 SSACM